EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S/A
BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 17.164.435/0001-74

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	22.575	65.193
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	313
Contas a receber de clientes	5	235.360	244.074
Estoques	6	6.339	20.334
Impostos e contribuições a recuperar	7	8.151	8.996
Partes relacionadas	8	72.445	88.817
Outros ativos		13.627	26.215
Total do ativo circulante		358.497	453.942
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	5	-	11.019
Partes relacionadas	8	11.087	11.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	42.497	-
		53.584	22.106
Propriedade para investimento	9	5.241	5.241
Ativos de direito de uso	10	3.544	8.937
Imobilizado	11	57.087	80.731
Intangível	11	616	1.015
Total do ativo não circulante		120.072	118.030
Total do ativo		478.569	571.972

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	65.973	121.958
Empréstimos e financiamentos	13	83.882	118.644
Passivos de arrendamento	10	2.351	7.427
Adiantamento de clientes		3.388	4.962
Impostos correntes a pagar	14	29.387	27.701
Salários e encargos sociais		24.430	21.539
Partes relacionadas	8	88.919	6.996
Dividendos a pagar	8	2.013	2.013
Total do passivo circulante		300.343	311.240
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	69.088	86.064
Passivos de arrendamento	10	5.977	8.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	795
Provisões	15	9.945	10.487
Total do passivo não circulante		85.010	105.583
Total do passivo		385.353	416.823
Patrimônio líquido	17		
Capital social		118.711	118.711
Reserva de lucros		-	27.903
Ajuste de avaliação patrimonial		7.656	8.535
Prejuízos acumulados		(33.151)	-
Total do patrimônio líquido		93.216	155.149
Total do passivo e patrimônio líquido		478.569	571.972

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Excas as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer de Auditoria Externa. O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia do Covid-19 e pelas consequências que provocou, dadas as respostas das várias entidades governamentais na tentativa da sua contenção, na economia brasileira e mundial. O Produto Interno Bruto Brasileiro caiu 4.1% derivado da redução e incerteza no mercado. As entidades do governo responderam à recessão com programas de apoio direto à população mais afetada, como forma de mitigação da perca de renda. O Banco Central do Brasil, como forma de apoio à economia, fez uma redução da taxa Selic de 4.5% em 2019 para um mínimo de 2%, assim como várias ações de aumento de liquidez no sistema financeiro. Adicionalmente, importante de registo foi a desvalorização do real brasileiro de 40% contra o Euro e 29% contra o Dólar americano, durante 2020, o que contribuiu em grande parte para o aumento do índice Nacional do Custo de Construção em 8% (Fundação Getúlio Vargas). No setor da construção pesada observou-se um adiamento de decisões de investimento, quer no setor privado quer no setor público, que contribuiu negativamente para a evolução do volume de negócios e para a angariação de carteira de obras da empresa. É expetável que o ano de 2021 volte a um nível de investimento moderado, no setor privado, e de uma forma mais cautelosa no setor público, derivado do aumento de endividamento. No final do ano e princípio de 2021 já se começou a fazer sentir o resultado do esforço comercial da empresa, o que nos permite encarar positivamente o ano de 2021. Ao nível da atividade produtiva da empresa, as obras de óleo e gás continuaram a aumentar a sua representatividade no volume de negócios (40%) e da carteira contratada no final do ano (92%). A empresa está muito competitiva neste setor de atividade e vai continuar a apostar na mesma, inclusive tendo sido assinado um novo contrato no final de 2020. O setor da mineração representou 27% do volume de negócios e continua a ser uma forte aposta, apesar da maior competitividade. No final do ano a mineração representa 13% da carteira, mas já no início de 2021 firmaram-se novos contratos que permitem antecipar uma boa recuperação para 2021. O setor rodoviário, desenvolveu-se principalmente nas obras do DNIT, BR-381-MG e BR-101-BA, constituindo as obras que pesaram muito negativamente o ano de 2020 e principais responsáveis pelo EBITDA negativo do ano. O volume de negócios da empresa reduziu em 24%, quando comparado com 2019, por conta de expetativas não concretizadas de novos negócios, por adiamento de concursos e investimentos por parte dos clientes. Face a essa redução, a empresa avançou com um programa de redução de custos de estrutura e de custos indiretos. Por conta dos prejuízos da atividade e por conta da redução do volume de negócios, a tesouraria da empresa manteve-se durante todo o ano bastante restringida. No entanto, durante o exercício, conseguiu-se uma redução de 31% da dívida com entidades bancárias e com fornecedores. O exercício de 2021 antevê-se positivo do ponto de vista da retoma do volume de negócios e da rentabilidade operacional. Os esforços vão-se concentrar na execução controlada dos projetos em curso, angariação de carteira de forma equilibrada entre setores de atividade e numa reestruturação da estrutura de capitais para fortalecer o capital de giro e a posição de tesouraria da empresa. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. A Administração.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Receita líquida dos serviços	19	597.539	789.447
Custos dos serviços prestados	20	(622.747)	(719.013)
Lucro (prejuízo) bruto		(25.208)	70.434
Despesas gerais e administrativas	20	(27.375)	(32.882)
Despesas com provisões	21	678	6.067
Receita (despesa) de indenizações	22	2.470	(5.000)
Outras receitas operacionais, líquidas		(9.783)	276
Lucro (prejuízo) operacional		(59.218)	38.895
Receitas financeiras	23	5.726	3.007
Despesas financeiras	23	(43.859)	(39.039)
Resultados financeiros, líquidos		(38.133)	(36.032)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(97.351)	2.863
Impostos de renda e contribuição social correntes	16	(7.883)	(2.357)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	16	43.292	7.941
		35.409	5.584
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(61.942)	8.447
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) - Em R$	17 (f)	(0,55)	0,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(61.942)	8.447
Total do resultado abrangente do exercício	(61.942)	8.447

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		(61.942)	8.447
Ajustes para conciliar o resultado:			
Depreciação e amortização	20	22.977	26.673
Ajuste a valor justo da propriedade para investimento	9	-	366
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	21	(136)	(2.501)
Provisão para contingências	21	167	(303)
Provisões liquidas de reversões	21	(709)	(3.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(43.292)	(7.941)
Variação Cambial	23	7.142	1.044
Valor residual baixado, líquido		3.269	1.076
Juros provisionados		11.604	17.892
Baixa com término de arrendamentos	10	(3.214)	-
Outros		367	(45)
		(63.767)	41.445
Aumento (redução) dos ativos operacionais			
Contas a receber	5	19.869	(77.109)
Partes relacionadas	8	2.984	(7.794)
Estoques	6	13.995	3.416
Outros ativos		13.389	2.079
		50.237	(79.408)
Redução (aumento) dos passivos operacionais			
Fornecedores	12	(63.127)	52.929
Adiantamento de clientes		(1.574)	983
Juros pagos	13	(11.931)	(18.725)
Outros passivos		4.573	19.172
		(72.059)	54.359
Caixa líquido aplicado pelas (gerado nas) atividades operacionais		(85.589)	16.396
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de investidas		93.420	31.785
Pagamentos a investidas		(43.044)	(33.191)
Recebimento na alienação do ativo imobilizado		3.602	591
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(412)	(16.677)
Caixa líquido aplicado pelas (gerado nas) atividades de investimentos		53.566	(17.492)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimentos de partes relacionadas		221.600	178.788
Pagamentos a partes relacionadas		(176.662)	(201.719)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	(19.900)
Captação de empréstimos e financiamentos	13	107.000	257.922
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(160.705)	(200.312)
Pagamento de arrendamentos	10	(1.828)	(8.708)
Caixa líquido aplicado pelas (gerado nas) atividades de financiamentos		(10.595)	6.071
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(42.618)	4.975
No início do exercício		65.193	60.218
No final do exercício		22.575	65.193
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(42.618)	4.975

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17	96.599	19.900	342	4.327	4.396	9.833	-	135.397
Reversão de adiantamento para futuro aumento de capital		-	(19.900)	-	-	-	-	-	(19.900)
Aumento de capital social		22.112	-	-	-	-	-	-	22.112
Realização de IR e CS diferidos sobre ágio em incorporação		-	-	(342)	-	-	-	-	(342)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	8.447	8.447
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal		-	-	-	424	-	-	(424)	-
Reversão de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	11.441	-	-	11.441
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(2.006)	(2.006)
Realização do custo atribuído, líquido de IR/CSLL diferidos		-	-	-	-	-	(1.298)	1.298	-
Transferência para retenção de lucros		-	-	-	-	7.315	-	(7.315)	-
Saldos em 31 dezembro de 2019	17	118.711	-	-	4.751	23.152	8.535	-	155.149
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(61.942)	(61.942)
Outras movimentações de patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	9	9
Destinação do prejuízo do exercício									
Absorção de prejuízos com reservas legal e de retenção		-	-	-	(4.751)	(23.152)	-	27.903	-
Realização do custo atribuído, líquido de IR/CSLL diferidos		-	-	-	-	-	(879)	879	-
Saldos em 31 dezembro de 2020		118.711	-	-	-	-	7.656	(33.151)	93.216

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional - A Empresa Construtora Brasil S/A ("Companhia" ou "ECB") tem como objeto social a execução de obras de engenharia, atuando na construção de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de mineração, e na construção civil, industrial e eletromecânica em todo o território nacional. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 15 de abril de 2021. **1.1. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 -** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir: A Companhia se deparou com algumas paralisações temporárias ocorridas durante o exercício, ocasionando assim a dilatação dos cronogramas contratuais. Esta redução gerou uma necessidade de revisar individualmente os orçamentos de todas as obras. Destaca-se que se trata de um cenário adverso, incerto, mas com expectativa de ser temporário, e que a Companhia continua a operar em volume suficiente para gerar os fluxos de caixa necessários para se manter em continuidade. Tão logo a pandemia chegue a um fim, há uma expectativa de que o volume de atividades seja aumentado com a continuidade das obras em um ritmo mais acelerado, e aquisições de novos contratos. Diante desta expectativa, a Companhia prevê fluxos de caixa futuros em montantes suficientes para garantir a recuperabilidade de seus ativos não financeiros e realização de seus créditos tributários. Mesmo diante deste cenário de pandemia, houve uma redução nas obrigações financeiras, fator que demonstra que a Companhia mantém sua capacidade de honrar com seus passivos, e os indícios financeiros atuais refletem uma expectativa de manter continuidade nesta capacidade financeira. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1 Declaração de Conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações fi/nanceiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2 Base de elaboração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e propriedade para investimento mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. **2.3 Moeda funcional -** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.. **2.4 Uso de estimativa -** A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil do ativo imobilizado e do intangível, realização de impostos diferidos ativos, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas, pelo menos anualmente e seus efeitos são registrados no período em que essas estimativas são revistas. As informações sobre os julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente a políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre suas premissas e estimativas relevantes, estão assim relacionadas: **(i) Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível:** Este cálculo é realizado de forma linear, de acordo com a vida útil de cada ativo. A Administração entende que tal estimativa reflete substancialmente a vida econômica dos bens. A vida útil é revisada anualmente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que essas estimativas são realizadas. **(ii) Avaliação dos instrumentos financeiros:** A Companhia revisa, periodicamente, a sua estrutura de capital, considerando os custos de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. A Administração confia que as técnicas de avaliação e premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **(iii) Valor justo das propriedades para investimento**: A propriedade para investimento é mensurada incialmente pelo custo de aquisição, incluindo custos da transação. Após reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo. O valor justo é determinado com base na abordagem de comparação com o mercado que reflete preços de transações recentes em propriedades similares na região. **(iv) Provisões:** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação final de cada período do relatório, considerando todas as incertezas relativas à obrigação. **(v) Orçamento contratual:** Os orçamentos de custos para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia qualificados desde a elaboração do projeto até sua execução total, com revisões constantes de eventos diversos que podem afetar diretamente o empreendimento. Os orçamentos são revisados no mínimo anualmente, e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia dos custos necessários a serem incorridos com a execução da obra. **(vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos da Companhia. A estimativa que a Companhia volte a gerar lucro tributável a partir do ano de 2022. **3 Principais práticas contábeis - 3.1 Caixa e equivalentes de caixa -** Estão representados por contas bancárias disponíveis e por aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. **3.2 Ativos financeiros - 3.2.1 Classificação -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **3.2.2 Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. **3.2.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado -** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; • uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; • probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e • extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **3.2.4 Desreconhecimento de ativos financeiros -** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **3.3 Passivos financeiros - 3.3.1 Reconhecimento e mensuração -** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **3.3.2 Mensuração subsequente -** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **3.3.3 Desreconhecimento de passivos financeiros -** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.4. Estoques -** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras referem-se a estoques mantidos nas obras. **3.5. Imobilizado -** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do custo atribuído (*deemed cost*), deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo O custo histórico também inclui os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A adoção do Custo Atribuído (*deemed cost*) foi baseada na resolução CFC nº 1.255/09 – NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e na resolução CFC nº 1.263/09 – ITG 10. Os ajustes tomaram por base, laudo de empresa especializada independente, que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como o valor residual. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou ainda, por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos. **3.6. Propriedade para investimento -** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter rendas ou para valorização do capital, ou para ambas. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens, para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital, são registrados como propriedades de investimentos e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento, são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram. **3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos -** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de alguma perda do seu valor recuperável (*impairment*) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que tem vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. A reversão da perda por redução ao valor recuperável e reconhecida imediatamente no resultado. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **3.8. Arrendamento financeiro -** Os contratos que transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, como por exemplo, situações em que exista previsão de opção de compra, na qual o preço de aquisição determinado ou o valor residual seja inferior ao valor de mercado, são reconhecidos como arrendamento financeiro pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor, sendo registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos -** A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado conforme legislação específica. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações de resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem no total devido na data do relatório. Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são constituídos na medida que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de imposto de renda diferido é revisada no final de cada período de relatório. Para as Sociedades em Conta de Participação ("SCP's"), a Companhia adotou a sistemática fiscal do lucro presumido. Com base nessa última sistemática, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social de cada empresa, foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para a atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada período (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R$ 240 anuais para imposto de renda, e 9% para contribuição social). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivo são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **3.10. Receitas de contratos de construção -** Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos ao longo do tempo com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na medição do trabalho executado. A receita proveniente dos contratos de construção é contabilizada proporcionalmente as medições realizadas, sendo apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. **3.11. Consórcios -** As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, uma vez que a Companhia detém direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, de acordo com a sua participação. **3.12. Sociedade em conta de participação -** Os contratos para execução de obras através de SCP´s, têm as operações integralmente contabilizadas nas contas de balanço patrimonial e da demonstração do resultado. O direito ou a obrigação de cada sócio oculto na SCP, são reconhecidas no balanço patrimonial em conta de ativo (obrigação do sócio oculto) ou em conta do passivo (direito do sócio oculto), uma vez que a Companhia detém direitos e obrigações para com os sócios ocultos na medida da participação do mesmo. **3.13. Provisões -** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à empenho. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. As provisões para o custo esperado com a garantia do serviço prestado é um instituto de resguardar o contratante contra os riscos que se manifestam após a conclusão da obra. A percentagem específica deverá ser definida de acordo com a informação histórica operacional da Companhia (custos incorridos no passado relativos a períodos de garantia), ou deverá ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. As provisões realizadas refletem a melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidarem as obrigações da Companhia. **3.14. IFRS 16 / CPC 06(R2) - Arrendamentos -** Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia reconheceu a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito na Nota 10. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado um ativo de direito de uso no montante de R$3.544 (R$ 8.937 em 31 de dezembro de 2019), um passivo circulante de arrendamento de R$400 (R$ 5.034 em 31 de dezembro de 2019) e um passivo não circulante de arrendamento de R$3.699 (R$ 4.107 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 -** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020: • Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" • Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios" • Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros" • Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos" As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **3.16. Normas que ainda não estão em vigor -** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrendamentos": as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A Administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição. • Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	10.189	2.075
Aplicações financeiras	12.386	63.118
	22.575	65.193

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e foram remuneradas à taxa que varia entre 93% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5 Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes estão compostas como segue:

	2020	2019
Contas a receber de clientes	33.211	34.986
Medições de serviços a faturar	202.149	319.165
	235.360	354.151
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(98.922)	(99.058)
	136.438	255.093
Circulante	235.360	244.074
Não circulante	-	11.019
	235.360	255.093
Faturados		
A vencer	1.584	7.388
Vencidos até 360 dias	4.034	238
Vencidos há mais de 360 dias	27.593	27.360
Medições de serviços a faturar		
A vencer	110.905	223.145
Vencidos há mais de 360 dias	91.244	96.020
	235.360	354.151

Os valores vencidos há mais de 360 dias correspondem substancialmente a R$ 91.244 de diversas obras (valores estes ainda não faturados), e R$ 27.593 relativos a faturas emitidas e em atraso. Em 31 de dezembro de 2020, contas a receber de clientes (faturados e medições de serviços a faturar) no valor de R$ 19.915 (31 de dezembro de 2019 R$ 24.322) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. A Companhia constituiu perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber vencidas há mais de dois anos e na análise da situação financeira atual de cada devedor, determinados em experiências passadas de inadimplência e com base nos valores irrecuperáveis estimados. A composição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é conforme abaixo:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	99.058	101.559
Perda valor recuperável sobre os recebíveis (i)	16	1.818
Valores recuperados durante o exercício	(152)	(4.319)
	98.922	99.058

A Companhia reconheceu para o exercício de 2020 o montante de R$ 16 (R$ 1.818 em 2019) de perda ao valor recuperável sobre os recebíveis. O saldo das contas a receber de clientes que estava classificado em 2019 no ativo não circulante no montante de R$ 11.019, refere-se ao processo nº 002402882063-7, com trânsito em julgado. Este processo foi encerrado em março de 2020, momento em que a Companhia recebeu o ativo, encerrando assim o exercício de 2020 sem contas a receber em seu ativo não circulante.

6 Estoques

	2020	2019
Matérias primas para aplicações em obras	6.339	20.334
	6.339	20.334

A Companhia realiza mensalmente o levantamento de todos os materiais e insumos não aplicados em suas obras. Em 31 de dezembro de 2020 os saldos em estoque mais representativos e não aplicados ao serviço prestado referem-se a britas das obras da duplicação da BR 381.

7 Impostos e contribuições a recuperar - O Imposto e contribuição a recuperar, em 31 de dezembro de 2020 são conforme abaixo:

	2020	2019
Imposto de renda e Contribuição social (i)	8.116	7.476
Pis/Cofins	11	1.513
INSS e ISS	24	7
	8.151	8.996

(i) A Companhia possui valores a compensar relativos às retenções de imposto de renda e contribuição social nas notas fiscais emitidas a órgãos públicos.

8 Partes relacionadas - As contas a receber de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

	2020	2019
Consórcio Mota-Engil Conic (i)	1.151	1.151
SCP Tracevia/ECB (i)	1.942	1.690
SCP BR 101 (i)	15.907	12.260
Geres (ii)	86	72
Tracevia S.A (ii)	4.782	4.066
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil (i)	-	27.965
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil SCP 232 (i)	16.031	8.648
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil SCP 234 (i)	25.339	13.874
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil SCP 241 (i)	699	-
Mota-Engil México (iii)	3.306	6.192
Tracevia México (iv)	13.859	13.859
MEBR (ii)	-	6.449
Bonsucesso (ii)	-	3.246
Outras partes relacionadas	430	432
	83.532	99.904
Circulante	72.445	88.817
Não circulante	11.087	11.087
	83.532	99.904

(i) Transações operacionais com SCPs nas quais a Companhia figura como sócia oculta; (ii) Transações de conta corrente com partes relacionadas; (iii) Contas a receber de aluguéis com partes relacionadas; (iv) Contas a receber pela venda de investimentos (Nota 1). Os contratos que originaram as transações com partes relacionadas não possuem previsão para incidência de juros, não sendo este o objetivo da Companhia, em que os prazos de pagamentos estão de acordo com a necessidade de caixa das partes relacionadas. As contas a pagar de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

	2020	2019
Dividendos a pagar		
Bonsucesso Participações Ltda.	1.009	1.009
MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A.	1.004	1.004
	2.013	2.013
Partes relacionadas (Conta corrente)		
Suma Brasil	12.384	6.943
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil	583	-
Bonsucesso Participações Ltda. (i)	4.224	-
MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A. (i)	71.461	-
Outras partes relacionadas	267	53
	88.919	6.996
	90.932	9.009

(i) Transações de conta corrente com partes relacionadas.

Os contratos que originaram as transações de conta corrente com parte relacionada não possuem incidência de juros e prazos de vencimentos estipulados. Os referidos contratos foram pactuados em reais. As receitas com aluguel de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão compostas como segue:

	2020	2019
Receita com aluguel		
Mota-Engil Mexico	3.306	6.755
	3.306	6.755

A Companhia possui participação apenas em consórcios e SCP's. A Administração entende que o ativo entre partes relacionadas será realizado no curso normal dos empreendimentos e que não possui informações sobre qualquer tipo de risco quanto à qualidade do crédito com os sócios ocultos, motivo pelo qual não há provisão para perdas em 31 de dezembro de 2020. **Sociedade em Conta de Participação -** Os contratos para execução de obras através das Sociedades em conta de Participações (SCP's), nas quais a Companhia é sócia ostensiva, são constituídas em conformidade com a legislação brasileira e têm as operações contabilizadas em contas específicas e tributadas separadamente, conforme determina a legislação fiscal do imposto de renda.

SCP's	% Participação
Obra Neves	50%
Obra VLT I	95%
Obra VLT II	95%
Obra Pimenta	25%

Remuneração paga aos diretores da Companhia - A remuneração paga aos diretores da Companhia durante o exercício findo em 2020 foi de R$3.497 (R$ 3.078 em 2019).

9 Propriedade para investimento

	2020	2019
Custo de aquisição	2.044	2.044
Custos de construção incorridos para propriedades para investimento em construção	1.875	1.875
Ajuste ao valor justo	1.322	1.322
	5.241	5.241

O valor justo da propriedade para investimento relativa a terreno no município de Sabará, Minas Gerais, foi calculado com base em uma avaliação feita por avaliadores independentes. O valor justo foi determinado com base na abordagem de comparação de mercado, que reflete o preço das transações recentes para propriedades similares na região.

10 Arrendamentos - O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos

	2020	2019
Passivos de arrendamento		
Arrendamentos sobre direito de uso	4.099	9.141
Arrendamentos com opção e intenção de compra	4.229	6.523
	8.328	15.664
Circulante	2.351	7.427
Não circulante	5.977	8.237
	8.328	15.664

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial decorrentes de arrendamentos sobre direito de uso - O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos sobre direito de uso:

	2020	2019
Ativos de direito de uso		
Bens imóveis	3.544	4.103
Máquinas e equipamentos	-	4.610
Veículos	-	224
	3.544	8.937

	2020	2019
Passivos de arrendamento sobre direito de uso		
Circulante	400	5.034
Não circulante	3.699	4.107
	4.099	9.141

A Companhia aluga um prédio comercial para sua área administrativa, com prazo contratual de 10 anos, a vencer em 2027. Os pagamentos são mensais, passivos de reajustes anuais definidos contratualmente. Os arrendamentos de máquinas e equipamentos e veículos correspondem a contratos existentes nas operações de construção, tendo prazos contratuais variados entre 1 a 2 anos. Os pagamentos são mensais, sem reajustes pré-definidos. **Ativos de direito de uso -** A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.937
Adição por novos contratos	-
Despesas de depreciação	(5.393)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2020	3.544

Passivos de arrendamento sobre direito de uso - A movimentação dos saldos dos passivos de arrendamento sobre direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.141
Juros provisionados	676
Juros pagos	(676)
Baixa com término de contratos	(3.214)
Pagamentos	(1.828)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	4.099

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Vencimento das prestações	
Menos de 1 ano	863
Entre 1 e 2 anos	893
Entre 2 e 5 anos	4.155
Total dos valores não descontados	5.911
Desconto a valor presente	(1.812)
Saldo dos passivos de arrendamento sobre direito de uso em 31 de dezembro de 2020	4.099

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado - A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos sobre direito de uso:

	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso		
Bens imóveis	559	559
Máquinas e equipamentos	224	6.579
Veículos	4.610	1.774
	5.393	8.912
Despesas com juros sobre os passivos de arrendamentos sobre direito de uso	676	1.325

(b) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial decorrentes de arrendamentos com opção e intenção de compra - O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos com opção e intenção de compra:

	2020	2019
Passivos de arrendamento com opção e intenção de compra		
Banco Banrisul	-	16
Banco Safra	4.229	6.507
	4.229	6.523
Circulante	1.951	2.393
Não circulante	2.278	4.130
	4.229	6.523

A Companhia possui contratos de arrendamento (*leasing*) financeiro, referentes à compra de veículos de uso administrativo e operacional. Os contratos possuem prazo médio de duração que varia de 48 a 60 meses e cláusula de opção de compra ao término de cada contrato. Em 31 de dezembro de 2020, o valor custo dos ativos imobilizados adquiridos por meio de *leasing*, é de R$ 16.248. Ainda em 31 de dezembro de 2020, os escalonamentos dos vencimentos dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro e os seus valores presentes, são como segue:

	Pagamentos futuros
Período após a data do balanço	
Até 12 meses	1.904
Entre 13 e 43 meses	2.325
	4.229

11 Imobilizado e intangível

	Anual %	2020 Custo	2020 Depreciação/Amortização acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Custo	2019 Depreciação/Amortização acumulada	2019 Saldo líquido
Bens imóveis	4%	14.983	(846)	14.137	14.983	(604)	14.379
Máquinas e equipamentos diversos	20% e 25%	95.967	(67.229)	28.738	128.883	(79.233)	49.650
Veículos	20%	34.399	(20.641)	13.758	34.795	(18.737)	16.058
Móveis e utensílios	10%	1.205	(751)	454	1.206	(562)	644
Imobilizado		146.554	(89.467)	57.087	179.867	(99.136)	80.731
Software	20%	2.746	(2.130)	616	2.614	(1.599)	1.015
Intangível		2.746	(2.130)	616	2.614	(1.599)	1.015
		149.300	(91.597)	57.703	182.481	(100.735)	81.746

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

	Saldo 2019	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Transferências	Saldo 2020
Bens imóveis	14.379	-	-	(242)	-	14.137
Máquinas e equipamentos diversos	49.650	41	(6.809)	(13.707)	(437)	28.738
Veículos	16.058	235	(60)	(2.913)	437	13.758
Móveis e Utensílios	644	4	(2)	(192)	-	454
Imobilizado	80.731	280	(6.871)	(17.053)	-	57.087
Software	1.015	132	-	(531)	-	616
Intangível	1.015	132	-	(531)	-	616
	81.746	412	(6.871)	(17.584)	-	57.703

A Companhia apurou e registrou em 2014 o custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado, com a contratação de uma Empresa especializada para elaboração do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo por objeto desta avaliação, a totalidade dos ativos registrados no imobilizado. O laudo avaliou os valores dos ativos em R$ 42.616, que comparados com os valores residuais contábeis nas datas, gerou Ajuste de Avaliação Patrimonial ("AAP") de R$35.837. O AAP foi registrado diretamente em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido, com a dedução do valor do IRPJ e CSLL diferidos, no montante de R$ 12.185. No ano de 2020 a Companhia apresenta um montante de R$ 11.257 de ativo imobilizado depreciável objeto da reavaliação supramencionada.

12. Fornecedores	2020	2019
Fornecedores nacionais	55.631	65.580
Fornecedores estrangeiros	10.342	7.327
Fornecedores comprometimento	-	49.051
	65.973	121.958

13 Empréstimos e financiamentos - Os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia e os empréstimos para capital de giro, vencíveis a longo prazo, são os seguintes:

	Taxas a.a %	2020	2019
Capital de Giro			
Banco ABC	3,4% + CDI	-	5.600
Banco BCG	3,8% + CDI	18.698	24.251
Banco Bonsucesso	6,17%	-	9.817
Banco Bradesco	5,54%	6.435	14.067
Banco BTG Pactual	4,20% + CDI	11.386	17.033
Banco Caterpillar	130% do CDI	595	1.310
Banco CCB	3,78% + CDI	5.014	9.831
Banco Daycoval	12,60%	5.032	-
Banco do Brasil	3,15% + CDI	44.963	45.109
Banco Industrial	5,76% + SELIC	1.650	6.955
Banco Itaú	11,09%	7.742	3.344
Banco Luso	7,44% + CDI	20.134	15.863
Banco Mercantil	28,17%	597	-
Banco Pine	7,44% + CDI	1.221	989
Banco Safra	3% + CDI	-	3.045
Caixa Econômica Federal	3,66% + CDI	3.178	3.927
		126.647	161.141

	Taxas a.a %	2020	2019
Operações Finame			
CAT Financial	4,10% + TJLP	2.743	4.684
Banco do Brasil	6,0%	14.516	19.175
Banco Bradesco	4,1% + URTJLP	1.222	1.523
Banco Mercedes Benz	4,6 + TJLP	794	1.440
Banco Volkswagen	10,80%	2.889	3.424
		22.164	30.246
Operações CDC		2020	2019
Banco Komatsu	12,01%	3.448	5.118
Banco Volvo	11,88%	267	464
Banco Santander	10,68%	433	1.606
		4.148	7.188
Outras Operações			
Banco Bradesco	17,31%	11	-
Banco Safra	17,31%	-	3.202
Banco Sifra	3,40	-	2.931
		11	6.133
		152.970	204.708
Circulante		83.882	118.644
Não Circulante		69.088	86.064
		152.970	204.708

Cronograma de vencimentos:

Ano	2020	2019
2020	-	118.644
2021	83.882	53.641
2022	48.304	32.423
2023	16.691	-
2024	4.029	-
2025	64	-
	152.970	204.708

Garantias - Como garantia às obrigações assumidas nos contratos de financiamentos de ativo fixo, a totalidade dos equipamentos adquiridos é dada em alienação fiduciária em favor do agente financeiro. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de custo destes equipamentos era de R$ 56.826.

14 Impostos correntes a pagar

Ano	2020	2019
IRPJ e CSLL	2.740	1.178
Pis e Cofins	11.515	12.572
ISS	13.461	13.081
Outros	1.671	870
	29.387	27.701

15 Provisões

	2020	2019
Provisões para riscos (a)	636	470
Provisão para gastos durante o período garantia de obra (b)	8.341	8.413
Provisão para multa de FGTS (c)	968	1.420
Provisão para contrato oneroso	-	184
	9.945	10.487

EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S/A
BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 17.164.435/0001-74

(a) Provisões para riscos - A Companhia é parte envolvida em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos, e com base em indicações dos advogados, externos e internos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável é constituída provisão para riscos. A provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas. O saldo registrado de provisão para riscos em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 636, conforme movimentação abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	464	6	470
Adições	255	-	255
Reversões	(87)	(2)	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	632	4	636

Trabalhistas - A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionadas principalmente, ao pagamento de horas *in iteneres*, horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade e equiparação salarial. A Administração realiza as provisões trabalhistas baseada nas opiniões dos assessores internos e externos jurídicos e no histórico de desfechos dessas demandas. **Cíveis -**A Companhia é parte de um processo referente a danos morais e materiais. A Administração realiza as provisões cíveis baseadas nas opiniões dos assessores internos e externos jurídicos. **Passivos Contingentes -** A Administração é parte de outros processos cíveis e trabalhistas aos quais com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, internos e externos, não constitui provisão para riscos, por entenderem que os riscos de perda são possíveis. Em 31 de dezembro de 2020, os processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizam em R$ 16.171 (R$ 16.219 em 31 de dezembro de 2019). **(b) Provisão para gastos durante o período garantia de obra -** A Companhia adota a estimativa quanto aos expectativa de gastos durante o período de garantia de obras inerentes a prestação dos serviços. A garantia é um instituto que resguarda o contratante contra os riscos que se manifestam após a conclusão do contrato de prestação de serviço. A porcentagem definida é com base na informação histórica operacional da Companhia, pela prática adotada no mercado para o tipo de obra e ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. As provisões realizadas refletem a melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidarem as obrigações da Companhia. **(c) Provisão para multa de FGTS -** A Companhia realiza mensalmente a provisão do custo a incorrer da multa dos 40% do FGTS depositado, conforme previsão em Lei. Este cálculo é realizado sobre o FGTS depositado para os funcionários admitidos em obras que terão os seus contratos de trabalho encerrados após a conclusão dos serviços contratados. Em 31 de dezembro de 2020 o valor desta provisão totaliza R$ 968 (R$ 1.420 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 21).

16 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil. A composição dos impostos diferidos é a seguinte:

	2020	IR/CS 2019
Impostos diferidos passivos		
Sobre lucros com órgãos governamentais	(9.385)	(13.132)
Custo atribuído	(3.827)	(4.281)
Lucro diferido sobre obras	(1.313)	(4.492)
Valor justo p/ propriedade de investimento	(449)	(449)
Ganho de swap	-	(107)
Depreciação vida útil e fiscal	(5.264)	(8.643)
	(20.238)	(31.104)
Impostos diferidos ativos		
Provisão para contingências	216	160
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	5.150	5.196
Variação cambial	990	313
Prejuízos fiscais (i)	49.551	17.845
Provisão para garantias	2.836	2.860
Plano verão	3.803	3.803
Arrendamentos	189	69
Provisão para contrato oneroso	-	63
	62.735	30.309
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	42.497	(795)

(a) A Companhia realizou o registro do imposto diferido ativo, proveniente de créditos fiscais sobre prejuízos fiscais, porque entende que os referidos créditos serão compensados futuramente com débitos decorrentes de lucros tributáveis futuros. A Companhia possui um planejamento tributário que prevê a utilização destes créditos, assim como também possui projeções de resultados que contemplam lucros fiscais futuros, fatores que proporcionam expectativa de recuperabilidade do imposto diferido ativo em sua totalidade. Abaixo encontra-se demonstrado por ano a expectativa de recuperação do imposto diferido sobre prejuízo fiscal.

Expectativa de realização do imposto diferido sobre prejuízo fiscal por ano:

	R$ mil
De 2021 a 2025	15.434
De 2026 a 2030	32.070
Acima de 2030	5.849
	53.354

	2020	IR/CS 2019
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social e resultado de operações descontinuadas	(97.351)	2.863
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	33.099	(973)
Adições (exclusões) tributadas individualmente nas SCP's (i)	2.310	6.557
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	35.409	5.584
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(7.883)	(2.347)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	43.292	7.941

(i) Refere-se substancialmente ao efeito das SCP's que possuem tributação individual.

17 Patrimônio líquido - (a) Adiantamento para futuro aumento de Capital - Em 12 de dezembro de 2018, as acionistas MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A. e a Bonsucesso Participações Societárias S.A. decidiram realizar operação de adiantamento para futuro aumento de capital no patrimônio da ECB, respeitado a proporção da participação societária. O montante aportado pelas acionistas, somados, é de R$ 19.900. Em 2019, as acionistas regressaram com a proposta de efetuar um aumento de capital social com este montante, e reverteram o aumento de capital social no valor de R$ 19.900. **(b) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totaliza R$ 118.711 (R$ 118.711 em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito e integralizado, representado por 112.386.103 ações nominativas, indivisíveis e sem valor nominal. A variação observada no exercício de 2019 corresponde ao aumento de capital social no montante de R$ 22.112, realizada por ambas as acionistas em 31 de dezembro de 2019, mediante aprovação em assembleia geral extraordinária. Conforme determinado no ato societário em questão, a integralização do capital social ocorreu através de absorção dos passivos que a Companhia possuía com as acionistas. A Composição do capital social pelo percentual de participação está apresentada abaixo:

	% de participação
Bonsucesso Participações Ltda.	50,9992%
MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A.	49,9998%

(c) Reserva de capital - Em 31 de março de 2014, houve a cisão total da acionista Mota-Engil Brasil Participações Ltda. na ECB e na MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A., ocasionando desta forma, uma incorporação reversa. O ágio registrado na incorporação no montante de R$ 20.104, gerou um benefício fiscal no valor de R$ 6.835, tendo em vista que há benefícios econômicos a serem auferidos, o qual vem sendo amortizado em 5 anos (60 meses). O saldo em 31 dezembro de 2018 é referente ao benefício deduzido a amortização referente a 57 meses. Em 31 de dezembro de 2019 não há saldos de reserva de capital em decorrência da conclusão da amortização durante o exercício. **(d) Dividendos e reservas de lucros** - Aos acionistas é garantido dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(61.942)	8.447
Reserva legal	-	(424)
Lucro líquido ajustado - Base para os dividendos	(61.942)	8.023
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	2.006

(a) Ajuste de avaliação patrimonial - O saldo registrado refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (*deemed cost*) dos itens do ativo imobilizado contabilizados em 2014, conforme descrito na Nota 12 e deduzido da provisão de imposto de renda diferido, conforme descrito na nota n° 16. À medida que os bens objeto de atribuição de novo valor são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para a conta de lucros e prejuízos acumulados. **(b) Lucro (prejuízo) por ação** - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, (Nota 17 (b)).

	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(61.942)	8.447
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	112.386	112.386
Lucro básico por ação - R$	(0,55)	0,08

18 Seguros (não auditado) - A Companhia adota uma política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em suas obras e consórcios que possuem participação, é considerado, principalmente, o agrupamento de riscos, o valor de reposição dos ativos e as particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Companhia realiza a contratação, a identificação e a manutenção das garantias dos nossos negócios, assessorada por corretoras de renome internacional. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados.

Itens	Importância segurada
Riscos de engenharia	5.121.160
Responsabilidade civil	1.290.841
Outros Seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.)	720.313
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	1.276.467
	8.408.781

19 Receita líquida

	2020	2019
Receita de serviços	652.303	849.863
Receitas de locação	(4.503)	7.085
Receita de vendas	63	-
Receita bruta	647.863	856.948
Impostos sobre vendas e serviços	(50.324)	(67.501)
Receita líquida	597.539	789.447

20 Custos e despesas por natureza

	2020	2019
Matérias-primas e materiais de consumo	304.794	309.828
Despesas de depreciação e amortização	22.977	26.673
Despesas com folhas de pagamento	167.126	185.392
Despesas com aluguéis e estrutura (i)	59.847	77.971
Despesas manutenção e contratação de serviços	76.989	141.249
Despesas de viagens	4.520	6.628
Impostos, taxas e encargos	75	137
Despesas com energia elétrica	1.146	1.983
Outros	12.648	2.034
	650.122	751.895
Custos de vendas e dos serviços prestados	622.747	719.013
Despesas gerais e administrativas	27.375	32.882
	650.122	751.895

(i) Saldos em questão se referem substancialmente a locações de máquinas e equipamentos pesados para as obras desempenhadas pela Companhia, devido ao prazo de locação e execução das obras, os respectivos contratos foram analisados, mas não foram escopo da adoção do IFRS 16 (Nota 10).

21 Despesas com provisões

	2020	2019
Multa FGTS (i)	(453)	(3.478)
Provisão para contingência	167	(303)
Perdas estimadas em de crédito de liquidação duvidosa	(136)	(2.501)
Provisão para garantias	(71)	31
Provisão para contrato oneroso	(185)	184
	(678)	(6.067)

(i) Em 2019 houve alteração na legislação trabalhista, alterando o percentual de multa do FGTS sobre rescisões de 50% para 40%. Adicionalmente, houve uma redução na quantidade colaboradores utilizados como base de cálculo desta estimativa. Estes dois fatores em conjunto culminaram em uma reversão parcial da provisão para multa de FGTS.

22 Receita (Despesa) de indenizações - A Companhia registrou no ano de 2019, uma despesa de indenização no valor de R$ 5.000. Com a evolução do andamento da avaliação do sinistro, foi possível atualizar a estimativa de recebimento, fator que proporcionou o reconhecimento de uma despesa no exercício. Com o desfecho do sinistro ocorrido por deslizamento de taludes, localizado na BR 381, a Companhia apurou uma receita com indenização no valor de R$ 2.027. Adicionalmente, houve R$ 442 de receita com indenizações de sinistros relacionados a máquinas e equipamentos acidentados.

23 Resultado financeiro - O resultado financeiro é composto basicamente por:

	2020	2019
Juros de aplicação financeira	1.115	1.329
Variação cambial	1	3
Descontos obtidos	17	1
Swap	3.096	891
Outros	1.497	783
Receita financeira	5.726	3.007

	2020	2019
Swap	177	(486)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(15.906)	(16.567)
Juros sobre arrendamentos	(676)	(1.325)
Variação cambial	(7.142)	(1.044)
Descontos concedidos	(1.804)	(2.248)
Despesas bancárias	(2.160)	(864)
Juros e multa	(12.055)	(11.676)
Outros	(4.293)	(4.829)
Despesa financeira	(43.859)	(39.039)
Resultados financeiros, líquidos	(38.133)	(36.032)

24 Análise dos instrumentos financeiros - A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento da Companhia. **(a) Gestão de Risco de Capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	152.970	204.708
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(22.575)	(65.193)
Dívida líquida	130.395	139.515
Total do patrimônio líquido	93.216	155.149
Total do capital	223.611	294.664
Índice de alavancagem financeira	58,31%	47,35%

(b) Instrumentos financeiros por categoria:

	2020		2019	
	FVTPL	Custo amortizado	FVTPL	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.575	-	65.193
Contas a receber de clientes	-	235.360	-	255.093
Partes relacionadas	-	83.532	-	99.904
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	313	-
	-	341.467	313	420.190
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	152.970	-	204.708
Passivos de arrendamento	-	8.328	-	15.664
Fornecedores	-	65.973	-	121.958
Partes relacionadas	-	88.919	-	6.996
	-	316.190	-	349.326

(c) Valor justo dos instrumentos financeiros - Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía instrumentos financeiros, contratos de swaps de taxa de juros, contratados pelo Banco Bradesco para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio. No ano de 2019 a Companhia registrou um ganho potencial, mensurado a valor justo, no montante de R$ 313. O valor nocional dos instrumentos financeiros relacionados a estes swaps era de US$ 3.905 tendo 8 parcelas trimestrais com vencimento da última parcela em 24 de junho de 2021. Durante o exercício de 2020, a Companhia efetuou a liquidação antecipada destes contratos de swaps. Em 31 de dezembro de 2020, não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **(d) Gestão do risco de taxa de juros -** A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros, pois obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas e aplicações financeiras vinculadas, principalmente ao CDI. A composição dos ativos e passivos indexados por taxas de juros pré-fixados e por CDI estão demonstrados nas Notas 4 (aplicações financeiras) e 13 (empréstimos e financiamentos). A Administração da Companhia monitora estas transações para minimizar eventuais impactos decorrentes da flutuação das taxas. **(e) Risco cambial -** O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxa de câmbio, principalmente do dólar americano. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Das operações que estão expostas ao risco cambial, a Companhia é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria. No que se refere ao gerenciamento de risco cambial, a Companhia busca identificá-lo e tratá-lo de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O gerenciamento de risco é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da diretoria executiva. A estratégia de gerenciamento de risco cambial envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial das obrigações da Companhia, que de acordo com sua Política de Risco, busca proteger toda a sua posição cambial. A tabela a seguir resume a exposição cambial em dólar americano:

	2020 Moeda Estrangeira (USD)	2020 Reais	2019 Moeda Estrangeira (USD)	2019 Reais
Passivo				
Endividamento	-	-	3.490	14.067
Exposição cambial líquida	-	-	3.490	14.067

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou como taxa de conversão do dólar americano a cotação Ptax do último dia útil do ano civil, sendo para o ano de 2019 a taxa de R$ 4,0301. A tabela a seguir resume a exposição cambial em euro:

	2020 Moeda Estrangeira (USD)	2020 Reais	2019 Moeda Estrangeira (USD)	2019 Reais
Passivo				
Contas a pagar	1.622	10.343	1.618	7.327
Exposição cambial líquida	1.622	10.343	1.618	7.327

A Companhia utiliza como taxa de conversão do euro a cotação Ptax do último dia útil do ano civil, sendo para o ano de 2020 a taxa de R$ 6,3779 (2019 R$ 4,5290.)

(f) Análise de sensibilidade - A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na análise as taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

		Período até 31 de dezembro de 2020					
Operação	Risco	Cenário Atual %	Cenário Base %	Cenário I - 50%	Cenário II -25%	Cenário III + 25%	Cenário IV + 50%
CDI	Aumento (redução) da cotação CDI	2,72	2,33	1,17	1,75	2,91	3,50
TJLP	Aumento (redução) da cotação TJLP	4,87	4,39	2,20	3,29	5,49	6,59

• Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do período de 31 de dezembro de 2020. • Cenário Base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 05 de março de 2021, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até a data de aprovação destas demonstrações financeiras. • Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário provável, em -50%, -25%, 25% e 50% A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento ativo fixo	TJLP	4.759	4.869	4.814	4.842	4.897	4.925
Capital de giro	CDI	105.191	109.809	107.500	108.655	110.963	112.118
		109.950	114.678	112.314	113.496	115.861	117.043
	Efeito de ganho (perda)	(4.729)	2.364	1.182	(1.182)	(2.364)	

Aplicações financeiras

Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Operações compromissadas	CDI	12.386	12.674	12.530	12.602	12.747	12.819
		12.386	12.674	12.530	12.602	12.747	12.819
	Efeito de ganho (perda)	289	(144)	(72)	(72)	144	
	Efeito de ganho (perda) líquido	(4.440)	2.220	1.110	(1.110)	(2.220)	

Conselho de Administração
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Presidente do Conselho de Administração
José Lúcio Rezende Filho
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Costa Simões
Mário Rui Sousa de Oliveira Couto
João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

A Diretoria
Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha - Diretor Presidente
Mário Rui Sousa de Oliveira Couto - Diretor Vice-Presidente
Rui Alexandre Dias Caetano - Diretor Financeiro
Gilberto Tavares dos Santos - Diretor Técnico
Rui Pedro Pinheiro de Almeida Dias Simões - Diretor Operacional

Contador responsável:
Rafael Carneiro Barbosa - CRC MG 121.041/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - Empresa Construtora Brasil S.A

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva - Insuficiência de provisão para perda de recebíveis -** Conforme descrito na Nota 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta contas a receber de clientes no valor de R$ 235.360 mil (R$ 255.093 mil em 31 de dezembro de 2019), sendo que o montante de R$ 19.915 mil (R$ 24.322 mil em 31 de dezembro de 2019), está vencido há longa data. Embora haja evidências de *impairment* desde exercícios anteriores, a Companhia não reconheceu provisão para perdas ao valor recuperavél para os valores em questão. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior, no montante de R$ 19.915 mil (R$16.053 mil em 31 de dezembro de 2019, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social). **Recuperabilidade de impostos diferidos ativos** - Conforme descrito na Nota 16 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta registrado no ativo não circulante, na rubrica de impostos de renda e contribuição social diferidos, saldos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, líquidas, totalizando R$ 42.497 mil. Para fins de determinação do saldo de impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia elaborou projeções de lucros tributáveis futuros bem como divulgou os seus correspondentes prazos de realização. Entretanto, a Companhia não apresenta histórico recente consistente de lucros tributáveis assim como não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para nos satisfazer quanto as informações que compõem as estimativas de projeção de lucros tributáveis futuros. Nestas circunstâncias, presentemente, a Companhia não reúne os requisitos para o registro inicial do imposto diferido ativo conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Consequentemente, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, bem como o resultado do exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R$ 42.497 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" a Companhia não reconheceu provisão para perdas de recebíveis com indicativos de *impairment* e reconheceu ativo fiscal diferido indevidamente. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão e valores mencionados na seção "Base para opinião com ressalva". **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG 075204/O-0